

A CONEXÃO EPISTÊMICO-ONTOLÓGICA: UMA ABORDAGEM PARA O ESTUDO DA RAÇA

THE EPISTEMIC-ONTOLOGICAL CONNECTION: AN APPROACH TO THE STUDY OF RACE

TEÓFILO REIS

Trinity University, USA

treis@trinity.edu

<https://orcid.org/0000-0003-3253-8983>

Abstract. In most disciplines, the division into subfields serves more to organize knowledge than to reflect some profound truth about the field. Philosophy is no exception. Therefore, it is not surprising that different subfields intersect, ask similar questions, and engage in productive dialogue. This paper shows how it is possible to build a particularly fruitful dialogue between social epistemology and the metaphysics of race. To establish this connection, I first motivate the intuition that grounds it. Next, I point out how the concept of white ignorance, introduced by Charles Mills, can be extended to a global level. Next, I introduce the epistemic-ontological connection and provide examples from the Brazilian and US-American contexts to demonstrate the potential of this approach. Finally, I conclude by addressing two objections to the arguments I present in the text.

Keywords: white ignorance • metaphysics of race • epistemologies of ignorance • social epistemology • racial ontology • racial contract

RECEIVED: 31/07/2025

ACCEPTED: 11/10/2025

1. Esconde-esconde nerd

Imagine um grupo de crianças brincando de esconde-esconde. As regras da brincadeira são simples e relativamente padrão, por isso raramente as levamos em consideração. Tudo o que é necessário é um espaço delimitado, incluindo um local especial, chamado de bate-cara (ou pique, entre outras possíveis variações regionais), um grupo de crianças e a atribuição de papéis (pegador e escondedores). Além desses elementos, a brincadeira requer um certo alinhamento entre elementos epistêmicos e ontológicos. Para que isso fique mais evidente, utilizo um experimento mental que força o desalinhamento dos elementos mencionados. Primeiro, vamos nos concentrar no pegador. Em situações normais, a pessoa que pega conhece os outros participantes e o espaço físico onde a brincadeira acontece. Podemos perturbar um desses elementos introduzindo o esconde-esconde radical, no qual os escondedores atravessam um véu que, uma vez cruzado, altera radicalmente a aparência física das pessoas que o cruzaram. O esconde-esconde radical complica imensamente a tarefa do pegador,



mas não a torna impossível. O pegador terá que ajustar seu comportamento ao novo jogo e, em vez de procurar ativamente as pessoas escondidas, terá que permanecer perto do bate-cara e observar os transeuntes. Se algum deles parecer se mover de forma estranha em direção à base, esse transeunte provavelmente é um dos escondedores. A intuição que se ganha com o esconde-esconde radical é que uma atitude mais observacional/sociológica é adequada quando quem procura não sabe muito sobre o objeto que está escondido.

Agora quero mudar o foco para as pessoas que estão se escondendo. Essas pessoas só conseguem ter êxito ao se esconder porque estão cientes de suas formas físicas individuais. Ignorar esse fato básico gera momentos engraçados, como quando um gato tenta se esconder cobrindo a cabeça sob um tapete, deixando todo o resto do corpo à mostra. A lição a ser aprendida aqui é que, para ter êxito ao esconder algo intencionalmente, é necessário ter um bom conhecimento desse algo.

Quanto conhecimento sobre o objeto a ser escondido é necessário para uma ocultação bem-sucedida? Para pensar sobre essa questão, recorro a uma versão ultra-radical do esconde-esconde, em que as pessoas podem se transformar em qualquer animal terrestre depois de cruzarem o véu. Para tornar as coisas ainda mais radicais, suponha que as pessoas transformadas em animais mantêm suas consciências, mas são incapazes de perceber a nova forma de seus corpos. O esconde-esconde ultra-radical é um jogo impossível, pois os participantes não saberiam como se esconder. O fracasso decorre da incapacidade de aprender sobre elementos relevantes da ontologia do contexto, a saber, as formas de seus corpos. A conclusão dos parágrafos anteriores pode ser expressa de várias maneiras. Podemos dizer que, para esconder algo com sucesso, precisamos ter um conhecimento razoável sobre ele.

Alternativamente, podemos dizer que as únicas coisas que podemos esconder intencionalmente são aquelas sobre as quais temos um certo conhecimento. Se relacionarmos o ato de esconder à produção da ignorância (um ponto ao qual voltarei na conclusão do artigo), podemos dizer que a produção da ignorância requer consciência da ontologia subjacente.¹ Outra conclusão é que, quando procuramos coisas ocultas que não conhecemos bem, a observação se mostra uma abordagem particularmente útil.

As intuições que ganhamos com os experimentos mentais acima serão utilizadas na terceira seção do texto para elaborar o que chamarei de conexão epistêmico-ontológica. Antes disso, na próxima seção, revisito o conceito de ignorância branca, introduzido por Charles Mills, e aponto como obter uma versão minimalista dessa ignorância, apta para ser utilizada em diversos contextos.

2. Teorizando a ignorância branca

Em “Ignorância Branca” (Mills 2018), texto originalmente publicado em 2007, Charles W. Mills apresenta dez características que definem o tipo de ignorância necessária para sustentar a supremacia branca. Abaixo, nomeio cada uma das características listadas por Mills enquanto reconstruo seu argumento.

- **Historicização.** Como Mills considera a raça uma construção social, a ignorância branca não deve ser separada de seu contexto social e histórico.
- **Causalidade.** O conceito de ignorância branca captura aquelas situações em que a aceitação de ideias relacionadas à supremacia branca desempenha um papel causal em prejudicar processos de construção do conhecimento.
- **Causalidade indireta.** Em relação ao ponto anterior, haverá situações em que uma cadeia de causalidade indireta suscitará questões sobre até que ponto a ignorância branca afeta essa cadeia.
- **Causação pessoal e estrutural.** A ignorância branca deve ser ampla o suficiente para incluir tanto casos em que a ignorância tem causas pessoais quanto estruturais.
- **Não confinamento.** A ignorância branca não deve se restringir apenas às pessoas brancas, devendo incluir todas as pessoas que aceitam ou incorporam elementos ideológicos da supremacia branca.
- **Ignorâncias raciais alternativas.** A ignorância branca pode levar à criação de uma ignorância negra reativa, como na caracterização dos brancos como demônios de olhos azuis encontrada na teologia islâmica negra radical.
- **Ignorância moral.** A ignorância branca deve afetar os julgamentos morais, prejudicando a capacidade de uma pessoa de decidir corretamente sobre o que é certo ou errado em uma situação moral.
- **Ignorâncias situadas não-raciais.** Outros tipos de ignorância com base em grupos são possíveis, como a ignorância masculina.
- **Não uniformidade.** A ignorância branca não precisa ser distribuída uniformemente entre as pessoas, podendo variar desde indivíduos profundamente envolvidos na ignorância branca até aqueles que a superaram.
- **Normatividade.** O estudo da ignorância branca deve ser normativo e não puramente descritivo. Dessa forma, estabelece-se uma continuidade da epistemologia social (subárea na qual os estudos da ignorância branca se situam) em relação à epistemologia clássica.

Proponho classificar as características acima em três categorias. Algumas características são condições necessárias, no sentido de que qualquer sistema de crenças

candidato a ignorância branca deve satisfazê-las. Por exemplo, a causalidade é uma condição necessária, pois, sem ela, uma forma de ignorância não conseguiria descrever o tipo de fenômeno que Mills tem em mente ao teorizar a ignorância branca. A situação é diferente quanto ao requisito de ignorâncias raciais alternativas. O surgimento da ignorância negra reativa depende do contexto histórico do exemplo, não sendo uma característica necessária que sempre se materializa. O surgimento da ignorância negra reativa, portanto, é uma característica contingente. Existe ainda uma terceira categorização. Considere a normatividade, que não é uma característica nem necessária nem contingente. Em vez disso, é um elemento volitivo, um desiderato sobre como prosseguir no estudo da ignorância branca. Portanto, as características da ignorância branca listadas por Mills podem ser categorizadas como necessárias, contingentes ou volitivas.

Uma vez adotada a categorização proposta no parágrafo anterior, podemos nos perguntar quais das características listadas por Mills são necessárias. Para responder a essa questão, podemos verificar cada um dos requisitos apresentados. Primeiro, a historicização não é uma condição necessária. Trata-se, na verdade, de uma consequência da historicização da raça: a ignorância branca deve ser historicizada porque a raça é historicizada e, consequentemente, a branquitude e a supremacia branca também o são. Portanto, a historicização se enquadra na categoria dos elementos contingentes, pois deriva da historicização da raça. Já a causalidade é uma condição necessária, por estar presente na descrição do fenômeno que Mills pretende demarcar (“uma ignorância, um não-conhecimento, que não é contingente, mas no qual a raça — racismo branco e/ou dominação racial e suas ramificações — desempenha um papel causal crucial” (Mills 2018, p.402)), o que sinaliza que se trata de uma característica essencial da ignorância branca. E quanto à causalidade indireta, a terceira característica? Este é um elemento contingente, por ser uma consequência do modo como a causalidade funciona. A próxima característica, causalidade pessoal e estrutural, é necessária. Tanto a causalidade pessoal quanto a estrutural são tipos de causalidade; contudo, pode-se facilmente imaginar uma forma de ignorância que envolve apenas um desses tipos. Como Mills exige que ambos estejam presentes, esta deve ser uma condição necessária para delinear com sucesso o fenômeno que Mills tem em mente. Um argumento semelhante funciona para a quinta característica, o não confinamento. Embora derivado do funcionamento das ideologias, o não confinamento é essencial para caracterizar o tipo de ignorância sobre o qual Mills centra sua atenção. Observe como a situação é diferente com as ignorâncias raciais alternativas, a sexta característica. Esta depende do contexto histórico em questão, que, nos exemplos de Mills, são os Estados Unidos do século XX. No entanto, esta ignorância negra reativa poderia nunca ter surgido, e, portanto, não pode ser uma condição necessária. A dimensão moral, a sétima característica, é necessária, pois é uma parte essencial daquilo que Mills pretende que a ignorância branca capture. A

característica número oito, ignorâncias situadas não raciais, é contingente, pois deriva da organização do mundo social, onde a raça não é o único eixo de desigualdade. Da mesma forma, a não uniformidade é contingente, sendo consequência do fato de pessoas brancas terem identidades outras além da racial e terem experiências de vida diferentes. Finalmente, a normatividade é uma característica volitiva, não sendo nem uma característica necessária da ignorância branca, nem derivando de elementos que a informam.

A conclusão do parágrafo acima é que, dentre as características listadas por Mills, aquelas que são necessárias são a causalidade, a causalidade pessoal e estrutural, o não confinamento e a dimensão moral. No entanto, como o meu objetivo é obter uma caracterização de ignorância branca que seja autônoma e não necessariamente elaborada dentro do escopo do contrato racial teorizado por Mills, preciso reconhecer que a lista mencionada acima é apenas parcial, pois falta um elemento imprescindível na lista inicial de Mills: a capacidade da ignorância branca de se esconder, que eu chamo de auto-apagamento. Dado que Mills dedica muita atenção a essa característica nas páginas finais de Mills (2018), podemos indagar: por quais motivos ele não a listou como uma das características essenciais? Penso que existem dois motivos para essa ausência de referência explícita. Em primeiro lugar, o auto-apagamento é uma característica do contrato racial (Mills, 2023, pp.182–3). Utilizando as categorias que propus acima, posso afirmar que o auto-apagamento é uma característica contingente quando se pensa na ignorância branca como alojada dentro da teoria do contrato racial. Em segundo lugar, Mills vê a ignorância branca como ideológica, e as ideologias possuem a capacidade de se esconder e produzir seu próprio apagamento. Assim, mais uma vez, o auto-apagamento aparece como uma característica contingente, desta vez com relação ao funcionamento das ideologias, isto é, caso pensássemos a ignorância branca como ambientada numa teoria mais ampla sobre ideologias. Uma vez que existem duas fontes das quais o auto-apagamento surge como característica da ignorância branca; uma vez que Mills dedica muita atenção a essa característica nas páginas finais do artigo; e uma vez que estou buscando uma caracterização mínima da ignorância branca não necessariamente alojada no aparato do contrato racial ou numa teoria da ideologia, devo incluir o auto-apagamento como uma característica necessária do fenômeno. Assim, estou agora em condições de oferecer uma lista completa das condições necessárias para a ignorância branca: causalidade, causalidade pessoal e estrutural, não confinamento, dimensão moral e auto-apagamento. Esta caracterização minimalista será utilizada mais adiante no presente trabalho para se descrever o contexto racial brasileiro.

Mills continua a discussão sobre a ignorância branca em “Global white ignorance” (Mills 2015). Enquanto o artigo de 2007 tem por objetivo estudar a constituição da ignorância branca, o texto de 2015 se propõe a identificar os mecanismos pelos quais a ignorância branca age em escala global. Mills argumenta que a perpetuação da ig-

norância branca como sustentáculo ideológico para diversas formas de pensamento político se deu em grande parte pela combinação de três elementos: o apagamento das atrocidades cometidas em nome da supremacia branca ao longo da história, a desconsideração das contribuições intelectuais das pessoas não brancas, e a existência de linhagens de pensamento político que ignoram a raça (contrato social sem raça, liberalismo sem raça). Esses três elementos, por sua vez, podem ser reconstruídos a partir de duas formas de injustiça epistêmica: a injustiça testemunhal (diminuição da credibilidade atribuída a pessoas não brancas) e a injustiça hermenêutica (ausência de conceitos adequados para descrever as experiências dos grupos não brancos). Para Mills, a ignorância branca é efetivada pela combinação das duas formas de injustiça epistêmica mencionadas acima.

O argumento de Mills estabelece uma ligação entre um conceito abstrato (ignorância branca) e formas concretas de injustiça epistêmica (injustiça testemunhal e hermenêutica, conforme formulação de Fricker (2024)), o que é perfeitamente apropriado para um artigo cujo objetivo é descrever o funcionamento da ignorância branca. Apesar disso, o argumento possui graves problemas. Em primeiro lugar, Mills assume que seu estudo da constituição da ignorância branca focado nos Estados Unidos do século XX (Mills 2018) é suficiente para informar uma descrição do funcionamento da ignorância branca em todos os contextos. Como argumentei anteriormente, existem elementos contingentes na lista de dez requisitos arrolados por Mills, elementos esses que impedem a transposição imediata do argumento para além do contexto estadunidense. Para se fazer tal transposição, é necessário se ater apenas aos elementos necessários, como desenvolvi na segunda seção do artigo.

O segundo problema é que Mills supõe que as injustiças epistêmicas são os únicos ingredientes necessários para operacionalizar a ignorância branca. O autor, no entanto, não oferece argumentos para defender tal tese. Parece-me indiscutível que as injustiças epistêmicas são elementos úteis no maquinário da ignorância branca, mas isso não exclui a possibilidade de haver outros tipos de elementos envolvidos. Como meu argumento no presente trabalho não depende desse ponto, não dou prosseguimento a essa discussão aqui.

O terceiro problema com a ideia de que ignorância branca é operacionalizada exatamente pela combinação de injustiça hermenêutica e testemunhal é que essas duas formas de opressão epistêmica não dão conta de explicar as dinâmicas da produção da ignorância branca em diversas partes do mundo. Por exemplo, diferentemente do que afirma Mills, não é verdade que as obras de intelectuais antirracistas não brancos sejam totalmente ignoradas (caso extremo de injustiça testemunhal) ou que sempre haja escassez de elementos hermenêuticos. Em vez disso, há casos em que as obras são reconhecidas e compreendidas, mas as consequências esperadas após a compreensão não se concretizam (inércia epistêmica, conforme teorizado por Miranda Fricker (2020)); há casos de distorção; há casos de cooptação e apropriação de

ideias (apropriação epistêmica, como teorizado por Emmalon Davis (2018)); há casos de silenciamento autoimposto por várias razões (sufocamento epistêmico, como teorizado por Kristie Dotson (2011)); e há inúmeras combinações de todos esses elementos. Portanto, a lista de injustiças epistêmicas proposta por Mills é insuficiente para abranger as várias formas que a ignorância branca assume.

3. A conexão epistêmico-ontológica

Conforme argumentado na seção anterior, a lista de injustiças epistêmicas proposta por Mills é incompleta. Mesmo assim, entendo que o raciocínio que levou Mills a conectar ignorância branca e injustiças epistêmicas é pertinente e pode ser reformulado. Observe que as pessoas não-brancas devem ocupar posições epistêmicas inferiores em um contexto de ignorância branca. De fato, se se oferecesse paridade epistêmica às pessoas não-brancas de forma geral, as pessoas não-brancas que escaparam à ignorância branca colocariam a ignorância branca em risco. No entanto, a subjugação epistêmica não pode ser explícita, pois isso violaria o auto-apagamento. Dessa forma, é necessário incluir a população não-branca no mundo epistêmico de maneiras que pareçam racialmente neutras. Algumas formas de opressão epistêmica fazem exatamente isso, criando uma fachada de respeito pelas regras do jogo epistêmico enquanto permitem a subjugação dos grupos indesejados. Tomando emprestada a linguagem do contrato racial de Mills, podemos dizer que a opressão epistêmica é uma das formas pelas quais subpessoas são incluídas no contrato epistemológico.

Uma vez que as formas de injustiça epistêmica terão o papel de manter uma aparência de neutralidade racial, e dadas as especificidades contextuais do racismo, podemos concluir que as formas de injustiça epistêmica que aparecem em cada instância de ignorância branca podem variar de acordo com o contexto. O auto-apagamento deve ser ajustado a cada forma específica de racismo, pois o que pode ser considerado boa etiqueta racista em um determinado contexto pode ser entendido como racismo explícito em outro. Um dos papéis desempenhados pelas injustiças epistêmicas, portanto, é o de calibrar o nível de ocultação para que se respeite o auto-apagamento.

Por definição, a ignorância branca é altamente sensível a raça. Como argumentei anteriormente, um dos elementos necessários da ignorância branca é sua capacidade de se esconder, de produzir seu auto-apagamento. No entanto, esconder um fator que pode ser tão importante a ponto de ser socialmente estrutural não é tarefa das mais fáceis. Para que uma instância de ignorância racial funcione, ela deve se ajustar aos elementos raciais do contexto, ou seja, à ontologia racial relevante, combinando vários componentes para produzir a quantidade certa de camuflagem. Instâncias eficazes de ignorância branca devem ser adaptadas à respectiva ontologia racial de forma análoga ao modo como um traje de banho para nadadores profissionais deve se adaptar ao corpo do nadador, reduzindo o atrito. No entanto, exatamente por ser

tão justo ao corpo, o traje revela informações sobre o corpo da pessoa que o veste. Esse mesmo tipo de relação existe entre ignorância branca e raça. Como os elementos epistêmicos de uma instância de ignorância branca são altamente sensíveis às especificidades raciais do contexto, esses elementos epistêmicos são um excelente meio de se estudar a concepção subjacente de raça. Isso sugere uma conexão entre aspectos epistêmicos relacionados à raça e ontologias raciais, que denomino conexão epistêmico-ontológica.

A conexão epistêmico-ontológica funciona nas duas direções: da epistemologia para a ontologia e da ontologia para a epistemologia. Neste trabalho, estou interessado principalmente na primeira, já que meu ponto de partida é a ignorância branca e sua caracterização, conforme indicado na segunda seção do presente texto. Uma vez que se tenha estabelecido que um dado sistema é de fato uma instância de ignorância branca, passa-se ao estudo da forma como essa ignorância branca age, o que pode envolver diferentes formas de injustiça epistêmica. O que ditará quais formas (e, eventualmente, outros elementos) serão acionadas será determinado pelas especificidades do contexto racial em questão. Como essa ignorância branca deve produzir apenas a quantidade adequada de camuflagem para a supremacia branca, a observação cuidadosa da ignorância branca em ação (lição aprendida do esconde-esconde radical) nos leva a descobrir informações sobre o que está escondido. Nesse processo, entendemos quais peculiaridades a noção de raça satisfaz no contexto em questão. Em resumo, ao começarmos pelo lado epistêmico e estudarmos uma forma de ignorância branca, obtemos uma visão mais profunda da ontologia racial subjacente.

Vejam os alguns exemplos da conexão epistêmico-ontológica em ação, considerando o caso dos casamentos interraciais nos Estados Unidos. Um observador vindo de outro planeta que soubesse apenas fatos genéricos sobre a ideia de raça entre humanos e que estudasse os padrões de relacionamento entre pessoas em diferentes partes do mundo perceberia uma tendência nos Estados Unidos de se evitar relacionamentos interraciais. O viajante espacial poderia inicialmente se chocar, pois ele aprenderia sobre algo chamado *color-blindness*, (a forma de ignorância branca prevalente nos EUA, ver Medina (2013)) que deveria, em princípio, bloquear a oposição a casamentos interraciais. Mais tarde, nosso observador interplanetário entenderia que, embora também presente em outros contextos, a intensidade da oposição ao casamento interracial nos EUA indica que algo na ontologia daquele contexto desincentiva a busca por parceiros de outros grupos raciais. E, ao aprender que, nos EUA, filhos de senhores de escravos brancos e de escravas negras eram classificados como negros, nosso observador poderia concluir que, no contexto em questão, existe uma regra de hipodescendência (também chamada *one-drop rule*, em inglês), que é, de fato, um aspecto extremamente relevante da ontologia racial dos EUA. Isso exemplifica como um elemento epistêmico nos guia no aprendizado sobre o ontológico.

Trazendo a discussão para o contexto brasileiro, uma conclusão que obtemos por meio da conexão epistêmico-ontológica vem do fato de que o casamento interracial é mais tolerado no Brasil do que nos EUA, o que não significa aceitação total. Esse fato implica, no nível ontológico, que devemos descartar a possibilidade de algo como uma regra da hipodescendência no contexto brasileiro. E, de fato, não temos tal regra em nossa ontologia racial. Para entender nossa ontologia racial, podemos começar pelo estudo da democracia racial, que é a forma de ignorância racial prevalente no Brasil, conforme argumento em Reis (2023). Embora as conclusões listadas acima sejam conhecidas pelos pesquisadores de relações raciais, o fato de podermos derivá-las a partir do estudo das formas de ignorância branca em cada contexto atesta o potencial da conexão epistêmico-ontológica como abordagem para o estudo da raça.

Conclusão

Concluo respondendo a duas objeções aos argumentos apresentados neste artigo. A primeira, que denomino objeção *mastermind*, argumenta que a noção de ignorância que estou usando aqui requer uma mente superpoderosa capaz de ocultar coisas e de organizar cuidadosamente elementos epistêmicos para enganar as pessoas. Inicialmente, é preciso notar que essa é uma objeção razoável, dada a alta sensibilidade que se exige da ignorância racial em relação à raça. No entanto, não precisamos supor que haja uma mente por trás do processo. Para entender por quê, basta perceber que os valores, normas e ideologias raciais de um determinado contexto não são criados do nada. Elas aparecem em um contexto com uma ontologia racial determinada, e é precisamente essa ontologia que confere significado aos valores, normas e ideologias raciais. Esses elementos se materializam por meio de práticas sociais, que incluem o auto-apagamento, resultando em um todo coerente que reproduz a ignorância racial e, ao mesmo tempo, torna essa ignorância quase invisível.

A segunda objeção mira na conexão que sugeri no começo entre esconder coisas e criar ignorância. Podemos formular a sugestão na forma de uma pergunta: ignorância está necessariamente ligada a se esconder algo? E a objeção seria a seguinte pergunta: se a resposta à pergunta anterior for afirmativa, isso não afeta a estrutura dos argumentos aqui apresentados? Para escapar dessa objeção, basta observar que não preciso da noção mais abrangente possível de ignorância. Para formular os argumentos aqui expostos, só preciso de uma forma de ignorância que funcione em sistemas com auto-apagamento. O auto-apagamento pode ser obtido tanto pela presença de informações incorretas quanto pela ausência de informações corretas. Assim, a existência de formas de ignorância não abrangidas pela sugestão que fiz (ou seja, a existência de ignorâncias que não decorram da ausência ou da ocultação) não compromete o meu argumento.

Parece haver uma outra possibilidade derivada da segunda objeção, na qual um aspecto fundamental da ontologia racial poderia ser escondido acidentalmente. Por exemplo, imagine que estamos num contexto em que notas de R\$ 100 são os objetos mais valiosos. A objeção, então, trataria da possibilidade de alguém acidentalmente se sentar em uma cadeira que tem sobre o assento uma nota de R\$ 100, o que produziria uma ocultação involuntária.² Neste caso, estudar formas de ocultação não necessariamente levaria à descoberta daquela nota em particular, pois não se fez nenhum esforço para ocultá-la. Este exemplo não poderia produzir uma forma de ignorância cujo estudo não geraria conhecimento sobre o objeto oculto? Em teoria, poderia existir uma forma de ignorância com essa característica de ocultação acidental. No entanto, isso me parece muito improvável, pois as práticas sociais assimilam e respeitam elementos raciais considerados importantes num dado contexto. Supor que um aspecto fundamental da ontologia racial possa ser acidentalmente escondido e raramente revelado exigiria que as práticas sociais operassem de forma coordenada para impedir que esse aspecto fundamental viesse à tona. Isso significa que as práticas sociais teriam que se desenvolver de maneiras extremamente incomuns, tão incomuns a ponto de exigir uma mente organizadora por trás delas. Essa possibilidade, no entanto, já foi descartada na primeira objeção.

Referências

- Alcoff, L. M. 2007. Epistemologies of Ignorance: Three Types. In: S. Sullivan; N. Tuana (Ed.), *Race and Epistemologies of Ignorance*, pp.11–38. Albany: State University of New York Press.
- Davis, E. 2018. On Epistemic Appropriation. *Ethics* **128**(4): 702–727.
- Dotson, K. 2011. Tracking Epistemic Violence, Tracking Practices of Silencing. *Hypatia* **26**(2): 236–257.
- Fricker, M. 2020. Institutional epistemic vices: the case of inferential inertia. In: I. J. Kidd; H. Battaly; Q. Cassam (eds.), *Vice Epistemology*, pp.89–107. London and New York: Routledge.
- Fricker, M. 2024. *Injustiça Epistêmica: O Poder e a Ética do Conhecimento*. Trad. B. R. G. Santos [Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing]. São Paulo: EdUSP.
- Jesus, D. C. 2023. Epistemicídio e injustiça epistêmica. In: B. R. G. Santos; L. Cichoski; L. Ruivo (eds.), *Novos Rumos da Epistemologia Social*, pp.232–246. Porto Alegre: Fi.
- Ludwig, D. 2019. How Race Travels: Relating Local and Global Ontologies of Race. *Philosophical Studies* **176**(10): 2729–2750.
- Medina, J. 2013. Color Blindness, Meta-Ignorance, and the Racial Imagination. *Critical Philosophy of Race* **1**(1): 38–67.
- Mills, C. W. 2015. Global white ignorance. In: M. Gross; L. McGoey (eds.), *Routledge International Handbook of Ignorance Studies*, pp.84–91. New York: Routledge.
- Mills, C. W. 2018 [2007]. Ignorância branca. Trad. B. R. G. Santos [White Ignorance]. *Griot: Revista de Filosofia* **17**(1): 413–438.

- Mills, C. W. 2023 [1997]. *O Contrato Racial*. Trad. T. Reis; B. R. G. Santos [The Racial Contract]. Rio de Janeiro: Zahar.
- Peels, R. 2023. *Ignorance: A Philosophical Study*. Oxford: Oxford University Press.
- Reis, T. 2023. *Theorizing Racial Democracy*. Tese de Doutorado em Filosofia. The Graduate Center, City University of New York. New York.

Notas

¹Para uma discussão sobre contextos e ontologias, ver (Ludwig, 2019).

²Agradeço a Felipe Nogueira de Carvalho por sugerir um exemplo análogo durante uma apresentação da presente pesquisa.